

## O VALE DO JAGUARI NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DO SUL

*Hermes Gilber Uberti*  
Mestre em História – UNISINOS/RS  
Doutorando em História – UNISINOS/RS

**RESUMO:** O presente artigo tem como propósito discutir o processo de construção da fronteira oeste do Rio Grande do Sul analisando as principais estratégias empreendidas pelos luso-brasileiros após terem incorporado aquela região a seu império. Entre as táticas utilizadas destaca-se a concessão de sesmarias e a fundação de povoados, mas particularmente nos interessa os negócios realizados entre o Vale do Jaguari e o povoado fronteiro de Uruguaiana, para onde seguiam produtos de origem animal, gêneros agrícolas e madeira. Sendo que tais produtos eram transportados principalmente através de embarcações e carretas que, ao retornarem à porção central do estado, traziam diversos tipos de mercadorias manufaturadas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Fronteira, Vale do Jaguari, Integração Comercial.

**ABSTRACT:** The present article aims to discuss the process of construction of the western frontier of Rio Grande do Sul by analyzing the main strategies used by *Luso-Brazilians* after having incorporated that region to their empire. Among the used tactics one stands out the *sesmarias* concession and the foundation of towns. But we are particularly interested in the trades accomplished between Vale do Jaguari and the frontier town of Uruguaiana, the places to where products of animal origin, agricultural goods and timber were transported. Those products were transported mainly through boats and carts that when they returned to the central area of the state, they brought various types of manufactured goods.

**KEY-WORDS:** Frontier, Vale do Jaguari, Commercial Integration.

### Primeiras Palavras

O mundo ocidental em que vivemos está envolto em meio a uma série de dúvidas e incertezas, afora os problemas econômicos, muitos cientistas sociais tem afirmado que estamos passando por um período de crise de paradigmas, evidenciado por conjunturas que rapidamente se modificam, trazendo consigo novas configurações sócio-econômicas no tempo e no espaço (STEITENFUS, 2004), onde o *cronos* parece escorrer entre nossos dedos, por mais que tentemos insistentemente segurá-lo. Concomitantemente, temos

---

dificuldades de compreensão acerca das relações de poder, pois estamos passando por um período de transição na ordem mundial, em que a potência militar e econômica, até então hegemônica, demonstra claros sinais de esgotamento (FIORI, 2007).

O sistema de globalização econômica também tem sua parcela de responsabilidade na geração deste cenário de brumas, na medida em que aumentou o fluxo de capitais e de mercadorias, estimulou a competição de preços, motivou a formação de espaços econômicos supranacionais, denominados de blocos, entre os quais mencionamos o Mercado Comum do Sul (VENTURA, 2004). Por sua vez também diminuiu a soberania nacional, naquilo que Santos (1997) denominou de processo de desterritorialização. Um dos sistemas que mais sofreu com os “ventos da globalização” foi sem dúvida nenhuma a concepção de fronteira, pois, conforme muitos defensores desta nova “ordem mundial” o planeta agora se transformou numa aldeia global e os limites entre os países já não teriam mais razão de existir. Não obstante, Peter McLaren (2000) nos fala que em muitos lugares o “tiro saiu pela culatra”, ou seja, ao invés de promover a homogeneização cultural, o processo de mundialização acabou reforçando as identidades locais<sup>1</sup>.

Entre esses lugares que vivenciaram essa experiência de alteridade, destacamos o Rio Grande do Sul, uma vez que ao longo das duas últimas décadas a ideia de fronteira se constituiu em tema muito recorrente no *métier* dos historiadores<sup>2</sup>. Paralelamente foi transformada num dos principais baluartes do Movimento Tradicionalista Gaúcho, reforço que se deu principalmente no campo simbólico onde o estabelecimento das divisas do estado foi convertido numa das principais bandeiras que caracterizam as ideologias ligadas ao gauchismo (TAU GOLIN, 1983). Tal sistema pode ser sintetizado a partir da articulação do meio físico, produção e tipo humano que se gestaram na área da campanha, espaço integrante da região platina, estruturado a partir de

uma paisagem relativamente uniforme e um gênero de vida específico, representado pela criação de gado em suas grandes estâncias, a herança cultural lusa e espanhola e um tipo humano *sui generis*, o gaúcho. Muito além da hegemonia de base econômica, representada pelo latifúndio de pecuária extensiva e atividades a ela relacionadas, a organização política, com base no caráter militar-fronteiriço se constituiu num elemento fundamental para a formação de povoados que tinham como objetivo principal a defesa da região de fronteira (COSTA, 1988: 29).

---

<sup>1</sup> Filiamos-nos a definição proposta por Hall (2005) que entende identidade enquanto sistema de representação de relações de indivíduos e grupos que se identificam com algo, um sentimento de pertencimento.

<sup>2</sup> Elenca-se, entre outros, Tiago Luís Gil (2002), Tau Golin (2002 e 2004), Susana Bleil Souza (2005), Fábio Kühn (2006 e 2010), Mariana Flores da C. T. Flores (2007) e Luís Augusto E. Farinatti (2010).

---

Segundo essa perspectiva de interpretação histórica, a província de São Pedro, ao longo do século XIX, teria sido convertida no reino dos estancieiros que forjaram uma sociedade onde a força de trabalho teria sido formada por peões livres, recrutados entre um vasto contingente de homens soltos, os gaudérios, sem a propriedade da terra, pouco vocacionados à estabilidade e aos vínculos familiares. Tradição inventada (HOBSBAWN e RANGER, 1997) segundo a qual o Rio Grande do Sul, no decorrer dos séculos XVIII e XIX, teria sido um “verdadeiro paraíso terrestre” onde a “brava gente sulina” deu sua parcela de contribuição no processo de expansão territorial do Brasil meridional<sup>3</sup>.

Mas particularmente iremos discorrer sobre a concepção de fronteira tendo como ponto de partida os escritos de Helen Osório (1999). Esta última propugna que, mais que um projeto nacional, a ocupação do espaço fronteiriço representou, muitas vezes, uma estratégia pessoal ou familiar sujeita às constantes vicissitudes políticas do *lócus* platino. Um lugar fluido e dinâmico onde famílias se estabeleceram e passaram a labutar em diferentes atividades a fim de garantirem a sobrevivência<sup>4</sup>. A historiadora também chama atenção para a polissemia que a palavra traz em seu bojo. Entre as diferentes maneiras de se pensar as “bordas” do território nacional, ela pode ser tratada enquanto espaço político, estatal e emocional. Ainda pode ser pensada a partir da perspectiva da história diplomática e militar; fronteira zona, *lócus* de trocas comerciais e humanas, com status político volátil; fronteira-linha, controle fiscal das pessoas, de obrigações militares, delimitação estatal; fronteira móvel, espaço regional de contato, ambiente ativo aberto ao intercâmbio de mercadorias, pessoas, relações de trabalho e familiares. Entende ainda a diacronia do conceito, uma vez que simultaneamente separa, mas também une, porque se constitui em sítio de transição, ambiente de convívio social, trocas culturais e econômicas. Seguindo esta mesma seara Mariana Flores tratou sobre os variados significados que *la frontera* assumia para diferentes agentes que por ela transitavam assim como o dinamismo nas “*relações que os grupos fronteiriços estabeleciam com seus Estados Centrais*” (2007: 39), ou seja, há que se ter cuidado com determinações a priori, pois mesmo que a definição dos limites na região

---

<sup>3</sup> Heloisa Reichel e Ieda Gutfreind (1996) discutiram mediante revisão historiográfica, tal modelo explicativo, buscando analisar o processo de formação da região platina e dos conceitos construídos e trabalhados por historiadores, escritores, antropólogos, geógrafos da Argentina, Brasil e Uruguai. Percebendo que o sistema analítico que ressalta as características geográficas da região da campanha, o tipo que se formou, o gaúcho, a organização social marcada pela “democracia dos pampas”, com seus hábitos, valores e mentalidades originais e a organização econômica, baseada na pecuária desenvolvida exclusivamente nos latifúndios denominados de estâncias não passam de “arquétipos” e “estereótipos” construídos. As estudiosas perceberam, entre outros aspectos, que não havia uma primazia da pecuária uma vez que a agricultura constituía-se numa atividade bastante difundida e praticada paralelamente ao pastoreio, o que conferia às propriedades uma característica mista em termos de produção.

<sup>4</sup> Nesta perspectiva, de analisar a formação e consolidação das fronteiras como uma iniciativa familiar, destacamos Sheila de Castro Faria (1998).

---

do Prata tenham sido alvo de uma série de conflitos, as franjas dos territórios nacionais também serviram para os mais variados intercâmbios, entre eles o contrabando que se constituiu num elemento integrador e contestador dos tributos cobrados muitas vezes nos dois lados da *frontier*. Desta forma este “manejo” do espaço limítrofe deve ser pensado enquanto um *“locus onde atividades produtivas e relações sociais ocorrem e que, ele mesmo, se constrói e vai ganhando significado pela ação dos sujeitos históricos”* (FLORES e FARINATTI, 2009: 153).

É justamente esse caráter ativo em termos produtivos, consubstanciado pela fronteira móvel, que iremos nos valer nesse texto. De um modo especial, a questão do comércio a partir do Vale do Jaguari enquanto elemento integrador no processo de construção da fronteira interna através das redes mercantis que foram tramadas junto à cidade de Uruguaiana. Município fundado em 1846, na margem Oriental do rio Uruguai em meio ao contexto de estabelecimento de povoados que funcionaram como uma espécie de postos avançados tanto do ponto de vista comercial como militar.

No que tange ao aporte teórico e metodológico do trabalho, o mesmo foi buscado na micro-história, que no entender de Jacques Revel (In: LEVI, 2000: 8) pode ser pensada como uma opinião *“historiográfica ávida ao mesmo tempo de novidades e certezas. Devendo ser compreendida como um sintoma: como uma reação a um momento específico da história social, da qual propõe reformular certas exigências e procedimentos”*. No que concerne a esta *“outra leitura do social”* Edoardo Grendi apontou que ela oportuniza tratar e embasar *“os temas mais diversos de investigação a partir de uma perspectiva sintética e integradora, ao mesmo tempo em que atenta para a densidade e singularidade dos seus objetos”* (apud Lima, 2006: 158-159). Entre as categorias do referido procedimento analítico, iremos recorrer ao paradigma indiciário proposto por Carlo Ginzburg (1989), buscando pistas, pequenos detalhes e indícios tendo presente que o historiador social no decurso da *“pesquisa, coleta dados como o faz um funcionário do censo. Ele deve ir de um arquivo a outro para cruzar fontes que resultarão na informação final que será tratada”* (HEINZ, 2006: 31). Cabe ainda destacar o método onomástico (SERNA e PONS, 1993 e FRAGOSO, 2002), onde os nomes de certa forma se constituem em elementos importantes no processo de construção da trama onde as linhas que partem e convergem para o nome, compõe uma espécie de teia de malha fina, podendo se pensar sobre o tecido social no qual os agentes históricos estavam inseridos e o papel que eles tiveram no processo de edificação da fronteira. Mesmo se valendo do “cisco” existe a possibilidade de *“reconstrução do real em sua totalidade, mesmo que essa reconstrução seja sempre atravessada pela subjetividade*

---

*do historiador e datada historicamente*” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007: 102). Num fazer historiográfico onde as relações com o passado são vivas e mutáveis, pois “*quem recorta, escolhe, dimensiona e narra este passado é um homem do presente*” (KARNAL, 2003: 7).

As fontes aqui usadas, no exercício de micro-história que ora se apresenta, foram garimpadas junto ao Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs), Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs), Arquivo do Museu Fragmentos do Tempo (AMFT), Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA) e dos arquivos das Mitras Diocesanas de Bagé e Santa Maria. Entre as categorias analíticas selecionadas destaca-se ainda o conceito de Vale do Jaguari<sup>5</sup>, região<sup>6</sup> localizada na porção central do estado constituindo-se num espaço que, assim como no passado, possui posição estratégica privilegiada, tanto na geopolítica quanto na economia e pode ser pensada como zona de transição entre o Rio Grande do Sul desenvolvido e o “atrasado”, concomitantemente se apresenta como corredor entre a serra e a região da campanha. Ao mesmo tempo, a opção para verificar a contribuição do Vale do Jaguari no processo de ocupação e integração do oeste do Rio Grande do Sul, ou seja, de construção da fronteira, foi pensada a partir da leitura de um texto de Bernard Lepetit, onde o autor defende a reflexão do espaço como possibilidade analítica do historiador, rompendo o hiato que se criou, nos últimos tempos, entre história e geografia. Nesse sentido descreve que:

[...] para poder desenhar um mapa é necessário sacrificar o traçado de um rio ou de uma margem em função da escala de representação escolhida, é diminuir o número das variações reconhecidas como pertinentes [...] um mapa é uma redução de um território. A escala é a relação entre um comprimento medido no mapa e a medida real no local. Por trás da operação cartográfica figura um realismo. A escala do geógrafo associa um representante, o mapa, e um referente, o território cuja configuração está dada e precede a operação intelectual que é a realização do mapa (In: REVEL, 1998: p. 79 e 90).

---

<sup>5</sup> Oficialmente a ocupação do Vale do Jaguari remonta a época da fundação de dezoito povoados jesuítico-guaranis denominados de reduções, experiência efêmera que chegou ao final ainda na primeira metade do século XVII motivada principalmente pela preação de índios por parte dos bandeirantes paulistas. Entre os *pueblos* organizados pelos curas espanhóis, que ficavam dentro da configuração espacial do Vale, destacam-se os de São José e São Tomé, criados em 1632 (JAEGER, 1937). No que tange aos seus balizadores territoriais conforme aponta Milton José Bolzan (1998) ao norte seria a Serra de São Martinho e o rio Jaguari, ao sul o rio Toropi, a leste a região do planalto e a oeste o rio Ibicuí. Atualmente a micro-região do Vale do Jaguari possui uma área 11.268 km<sup>2</sup>, uma população de cerca de 117.285 e é formada por nove municípios. São eles Cacequi, Capão do Cipó, Jaguari, Mata, Nova Esperança do Sul, Santiago, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul e Unistalda (FEE, 2010).

<sup>6</sup> Silva (1990) demonstrou que o conceito de região enquanto delimitador de territórios, do ponto de vista físico, é algo genérico de difícil aplicabilidade, uma convenção, muitas vezes arbitrária a fim de caracterizar um determinado espaço. Seguindo esse viés Ardengui (2003) defendeu a importância de entender a categoria em suas várias facetas, enquanto espaço geográfico, político, cultural, econômico, étnico, simbólico, histórico e ecológico.

No núcleo do debate está à questão das escalas de observação, o olhar microscópico, que a nosso ver possibilita ganhos em termos de profundidade, e paralelamente o autor sinaliza a possibilidade de se estabelecer a necessária articulação entre espaço e tempo. O próprio Fernand Braudel (1993) já apontava para a importância das características geográficas enquanto elemento necessário para a compreensão da história. Pois “olhamos pouco a geografia” e quando o fazemos tratamos de assuntos atinentes ao território, na maioria das vezes, como algo dado, que se justifica por si só. Quando recorremos ao uso de mapas em nossos trabalhos, eles nos servem, na maioria dos casos, com meros fins ilustrativos. O que tentaremos ao longo deste texto é estabelecer possíveis e necessárias interlocuções entre história e geografia, onde “*o quadro de referência topográfico*” (LIMA, 2006: 210) seja mais um elemento a fim de melhor entender relações econômicas que se desenvolveram em torno de alguns lugares da fronteira oeste. Olhando o espaço, conforme sugeriu Lucien Febvre (1991), enquanto um possibilismo, onde o ser humano possui margens de liberdade e de ação frente ao meio. O homem enquanto um ser que atua sobre o espaço, mas que simultaneamente sofre influências dele, rompendo com a antípoda entre *Natur* e *Kultur* uma vez que as relações entre homem e natureza possuem uma relação intrínseca (SILVA In: CARDOSO e VAINFAS, 1997).

Seguindo essa linha de argumentação, mesclaremos dados e interpretações oriundas de diversas fontes e enfoques, tais como: história regional<sup>7</sup>, aspectos geográficos, sociais, econômicos e políticos.

### **A ocupação do Vale do Jaguarí após a invasão do espaço missionário pelos portugueses**

A posse dos territórios da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, por parte do império português, oficialmente só ocorreu com a invasão e conquista da província das Missões<sup>8</sup>, realizada por José Borges do Canto e Manoel dos Santos Pedroso, que culminou com a assinatura do tratado de Badajóz em 1801. Até aquele momento, segundo Pont (1983: 23),

---

<sup>7</sup> Oliven (1992) destacou que a importância da História Regional, não se limita ao aspecto metodológico, reside principalmente na aplicação do princípio teórico, segundo o qual a dinâmica de um sistema social global só pode ser apreendida em profundidade a partir do conhecimento detalhado das partes que compõem e da natureza de sua interação real.

<sup>8</sup> Segundo momento de presença dos jesuítas em solo Rio Grandense, onde foram fundados sete povoados, sendo que os mesmos foram criados no noroeste do Rio Grande do Sul a partir de 1680 (FLORES, 1997). Naqueles locais foram reunidos milhares de guaranis que, além do trabalho, tiveram seu tempo ocupado pela catequese desenvolvida por religiosos espanhóis. Entre os fatores que levaram a derrocada da experiência missionária destacam-se os tratados de fronteira, principalmente o de Madri, firmados, ao longo do século XVIII, entre as coroas ibéricas e que envolveram os índios nas disputas territoriais entre o império português e espanhol (QUEVEDO, 1999).

nenhuma das duas coroas, porém, saberia dizer a seus vassallos por onde passariam no terreno, as respectivas linhas confrontantes. A posse das coisas, portanto, não se dava num espaço nacional conhecido. O possuidor, com sua nacionalidade, é que delimitava, por assim dizer, a soberania de seu estado.

Uma vez estabelecido o domínio dos lusos sobre aqueles territórios se acentuou a prática de concessão de sesmarias que atendia tanto a interesses privados quanto públicos (MOTTA, 2005), pois, as doações de grandes extensões de terras representaram à ampliação do grupo de senhores de armas, de terras e de gentes na província de São Pedro. Simultaneamente, também resguardaram os interesses da coroa na medida em que ao ocuparem as terras do espaço missioneiro, os estancieiros-militares tacitamente assumiam a tarefa de salvaguardar a fronteira de possíveis represálias dos castelhanos. Um dos espaços que passou ao domínio dos lusitanos, ligado ao processo de ampliação da fronteira, foi justamente a região do Vale do Jaguari, antiga área de criação missioneira (MENZ, 2001).

Entre os homens da fronteira que receberam terras na área em estudo estava o próprio Borges do Canto que, segundo Ribeiro (2010: 230) era “*filho de açorianos, contrabandista*” e pouco tempo antes de participar da façanha de conquistar a província das Missões foi “*perdoado por deserção [...] do corpo de dragões*”. Já Manoel dos Santos Pedroso, “*era filho de tropeiro vindo de Curitiba, afazendado no passo do Sarandi, pai natural de muitos filhos mestiços com diversas índias*”, recebeu a estância de São Pedro. Em suma, dois aventureiros que, como recompensa pelos serviços prestados a sua majestade *El Rey* receberam mercê e o direito de escolher o local onde ganhariam a sesmaria. Borges do Canto se estabeleceu em terras situadas na margem direita do rio Toropi, local para onde posteriormente foram trasladados vinte casais de guaranis remanescentes do povo de São Miguel, que deram origem a Vila de São Vicente Ferrer (MENZ, 2001). Já Maneco Pedroso não chegou a ocupar efetivamente as terras que havia ganhado, morreu em Taquari de varíola por volta de 1815, num quadro de extrema pobreza. Pouco depois, esse quinhão de terras, localizado na margem esquerda do rio Toropi, fora repassado a José da Silva Pereira<sup>9</sup> que ao solicitar a graça da sesmaria desempenhava

---

<sup>9</sup> José nasceu na freguesia do Desterro em Santa Catarina e era filho de Joaquim da Silva Ramalho Pereira com Benedicta Benardina de Oliveira. Em 07 e fevereiro de 1819 estabeleceu matrimônio com Francisca Pereira Pinto, com a qual teve pelo menos sete filhos. Em junho daquele mesmo ano, José entrou com um requerimento junto ao governo provincial, solicitando um rincão de terras devolutas sendo que seu pedido foi atendido dois anos mais tarde. Em meio à disputa por terras com a família vizinha dos Siqueira Gomes José acabou sendo assassinado em dezembro de 1843.

---

concomitantemente o cargo de alferes junto ao regimento de dragões de Rio Pardo e a função de ajudante da corda<sup>10</sup> nas medições de terras na fronteira de Rio Pardo<sup>11</sup>.

A respeito do Vale, queremos trazer a baila algumas informações presentes nos relatos de Auguste Saint-Hilaire, que o transpôs entre o final de março e o princípio de abril de 1821. Assim se referiu o viajante:

Ao pé da serra, saímos de bosques sombrios e espessos que varamos no espaço de mais de uma légua e onde desfrutamos sempre de um verde encantador. Passamos por uma pastagem desigual, cortada por riachos e barrancos, contornada de montanhas [...] Estas montanhas são apenas a continuação e quase a extremidade de uma grande cadeia extensa, que segue a costa do Brasil. Aqui recebe o nome de serra de São Xavier (1987: 391-393).

O naturalista francês ficou impressionado com “o verde encantador” serpenteado por montanhas e cortado por cursos d’água. O botânico escreveria ainda em seu diário os nomes dos principais rios que se constituíam nos delimitadores do Vale e fornecedores de boas aguadas para o pastoreio que se desenvolvia no entorno de suas margens. No sentido norte, o rio Jaguari, no sul o rio Toropi e pelo oeste o Ibicuí, conforme pode ser visto no mapa que segue.

---

AHCMPA, *Registro matrimonial de José da Silva Pereira e Francisca Pereira Pinto*. Porto Alegre, a. 1819, liv. 3, ff. 10v.

AHRS, *Justificação da Concessão*. a. 1820, cx. 45, m.116, n. °1362, ff. 2.

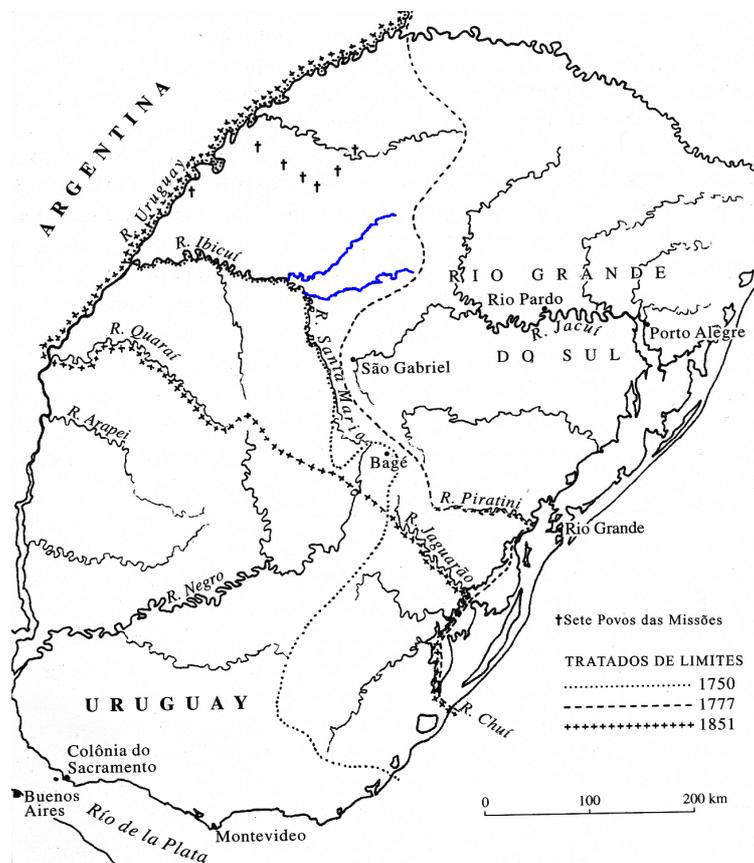
AHRS, *Registro de concessão*. Fazenda, a. 1821, liv. n. °F-1237, ff. 118 e 119.

APERS, *Inventário post-mortem de José da Silva Pereira*. Cruz Alta, Cartório dos Órfãos e Ausentes, a. 1845 n. ° 26, m. 2, est. 61.

<sup>10</sup> Ordenações Filipinas, Sobre a confirmação das sesmarias, forma de nomeação dos juizes, e seus salários, liv. 4, tit. 46, p. 1028 e 1029. O ajudante de corda era uma espécie de auxiliar do agrimensor oficial, sua tarefa principal era esticar a corda a fim de se proceder as medições.

<sup>11</sup> No princípio do século XIX o Rio Grande do Sul foi dividido em duas partes: a fronteira de Rio Grande (primeiro povoado fundado pelos portugueses na capitania em 1737) e a fronteira de Rio Pardo que englobava, grosso modo, o que hoje é a metade oeste do atual estado do Rio Grande do Sul (GIL, 2002).

Mapa mostrando o Rio Grande do Sul e Uruguai



Fonte: Adaptado de (BELL apud FARINATTI, 2010: 69)

O mapa anterior foi escolhido pelo fato de fazer menção aos tratados de fronteiras na porção meridional da América nos séculos XVIII e XIX, as cruzes representam os sete povoados jesuítico - guarani. Ademais aparecem alguns municípios nomeados ou que irão ser citados no decorrer da narrativa. Ao mesmo tempo, ele foi pensado pela possibilidade de destacar o Vale do Jaguari através de dois de seus balizadores, os rios Jaguari e Toropi. Ao cruzar pela mesopotâmia do Vale Saint-Hilaire atravessou os respectivos cursos d'água caracterizando-os como rios de quarta grandeza. Cabe destaque que os rios correm no sentido leste-oeste e a região onde ambos nascem são espaços de planalto. Em seus caminhos rumo à bacia do Ibicuí Mirin cortam a ramificação da serra geral (Serra de São

Xavier) e desembocam na parte mais plana da região, composta por campos, várzeas e coxilhas<sup>12</sup>.

O viajante registrou ainda que Jaguari denota lugar do jaguar, o que nos sugere a existência deste tipo de felino nas proximidades do rio, já a palavra Toropi significa rio dos couros de touros. A definição do estudioso nos revela que a beira desse curso d'água se desenvolvia a pecuária e o curtimento de couros, sendo que uma parcela da produção era exportada, por terra, para fronteira de Rio Pardo e o restante para a de Uruguaiana, sendo que muitos deles acabavam através da prática do contrabando, sendo negociados no porto de Buenos Aires antes de rumarem para Europa (ISABELE, 1949).

### **Entre as muitas carreiras que se faziam a partir do Vale do Jaguari**

Ao longo do século XIX, a região em estudo fez parte dos municípios de Rio Pardo, São Borja, Cruz Alta, São Gabriel e finalmente de São Vicente do Sul o que nos revela outra estratégia adotada pelo império brasileiro no processo de constituição das balizas territoriais, qual seja a criação de povoados o que de certa forma trazia a baila o antigo princípio do *uti possidetis*, isto é, quem ocupava efetivamente era o legítimo dono.

Foi durante o período em que estava sob o domínio da jurisdição de São Gabriel que ocorreram discussões sobre a instalação de uma linha regular de navegação a vapor, proposta por Augusto Cavamartori junto à câmara daquele município, ligando o Vale do Jaguari até a cidade de Uruguaiana. Corria o ano de 1875 quando os camaristas argumentaram que tal linha iria dar ainda mais “vida e animação à agricultura no municípeo”. Com o objetivo de justificar a viabilidade do projeto, os vereadores enviaram a presidência da província um relatório onde destacavam alguns dados ligados a fabricação de farinha de mandioca. A produção girava em torno de 10.000 alqueires-ano que era “toda exportada para fronteira por água e por Serra [...] sendo que cada barco transportava de 6 a 10 cargas cada um [...] além disso, grande quantidade de milho, feijão e madeiras”<sup>13</sup>. Um comentário que se impõe está relacionado à ênfase dada pelos membros do poder legislativo no tocante à atividade mercantil bastante intensa. Além do mais também cabe explicitar que tal produção era o resultado da labuta feita principalmente por lavradores nacionais que ocupavam predominantemente a área serrana da região, onde além da lavoura de alimentos também se dedicavam a extração de madeira usada na formação das balsas, principal meio

<sup>12</sup> Expressão que deriva do castelhano cuchillo (faca), pequenas elevações que “cortam” as áreas planas que caracterizam o pampa gaúcho (BOSSLE, 2003).

<sup>13</sup> AHRS, *Correspondências da câmara*. São Gabriel, a. 1875, cx. 207, m. 243.

de transporte fluvial utilizado até aquele momento, que possibilitava o escoamento de produtos consumidos no povoado situado as margens do rio Uruguai (UBERTI, 2011).

Outro debate que tomou conta dos membros da câmara de São Gabriel naquele mesmo ano foi o requerimento encaminhado por cidadãos do distrito de São Vicente onde pediam o desligamento do povoado para formar um novo município. Os vereadores de São Gabriel comunicaram o presidente da província do desejo dos moradores do 4º distrito e manifestaram apoio à causa, qualificando-a como justa, e pedindo que a mesma fosse encaminhada para “Assemblea Geral Legislativa” a fim de que o caso fosse apreciado<sup>14</sup>. Em abril de 1876, através da lei provincial 1032, o lugarejo, situado estrategicamente entre os rios Toropi e Jaguari, foi elevado à condição de paróquia e pela lei provincial nº 1364, de maio de 1882, passou a constituir uma nova municipalidade<sup>15</sup>. Em janeiro do ano seguinte instalou-se a primeira câmara, e uma das medidas iniciais dos vereadores de São Vicente esteve ligada a picada de São Xavier, espaço de suma importância para economia da nova unidade administrativa, conforme destacavam os representantes do poder legislativo, por ser a via de comunicação para a fronteira por onde passava o gado *vacum* de corte e as carretas<sup>16</sup> que transportavam gêneros alimentícios e madeira serrada (taboas, caibros, linhas, barrotes, moirões e madeira de ipê para carretas). Pela mesma estrada também trafegavam as carretas rumo a Vila do Divino Espírito Santo de Cruz Alta e ao distrito da Palmeira onde se desenvolvia o “*commercio dos hervaes*”<sup>17</sup>. Para realizar a obra foi contratado o lavrador Zeferino Alves Machado<sup>18</sup> que deveria abrir a nova picada, “*emparelhar o*

<sup>14</sup> AHRS, *Correspondências da câmara...* op. cit.

<sup>15</sup> *Histórico de São Vicente do Sul*. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel>, acessado em 07/2010.

<sup>16</sup> Miguel Ângelo da Silva Costa (2006), destaca que por detrás do ranger das rodas desse meio de locomoção, havia toda uma importância social dos indivíduos que se valiam desse meio de transporte a fim de ganharem a vida, não só pelo deslocamento de viveres e por facilitarem o deslocamento de pessoas, mas por serem também os responsáveis pela circulação de informações principalmente entre os populares. Tendo presente que estar bem informado era uma das condições *sine qua non* para se viver no *lôcus* fronteiriço, local onde volta e meia a guerra tendia a se desenvolver trazendo uma série de infortúnios no que concerne a produção. Tanto das tropas que salvaguardavam a fronteira e se valiam do artifício das requisições de gado, *vacum* e cavalari, a fim de alimentar e de dar montaria aos soldados, quanto dos castelhanos que cruzavam a fronteira, não podia se esperar outra coisa senão a pilhagem que resultava em desfalques nos rebanhos (RIBEIRO, 2005). Bressan fala que nas primeiras décadas do século XX as carretas “*eram tracionadas por várias juntas de bois formando enormes filas*” partiam verdadeiros comboios da localidade de Rincão dos Alves em direção a “*São Vicente, Cacequi, São Gabriel, Rosário do Sul, Santana do Livramento e Quaraí*”. Dependendo do destino dos carreteiros, entre a partida e o regresso, poderiam se passar até quarenta dias e quando retornavam traziam produtos tais como tecidos de lã e algodão, roupas e “*equipamentos de lavoura*”. Paralelamente “*a chegada dos carreteiros era recebida com festa. Programavam bailes, reuniões dançantes, rodas de chimarrão, contos de causos e de aventuras da viagem*” (2011: 38).

<sup>17</sup> AHRS, *Relatório de informações topográficas e históricas do municípeos do Brasil*. Correspondências da Câmara de São Vicente. São Vicente, a. 1886.

<sup>18</sup> Tendo como ponto de partida uma micro-história intensiva que busca, através do cruzamento de diferentes tipos de documentação, apurar os agentes sociais em diferentes cenários representando distintos papéis destaca-se que o referido personagem nasceu em 1834 e faleceu em 1886, foi casado com Mariana Leite da Conceição com qual teve pelo menos dez filhos e se constituíram num casal muito solicitado na tarefa do

*eito com lages*”, construir uma nova *“ponte com madeira de lei”*, aterrar os buracos onde se formavam os atoleiros, *“cortar os barrancos e descortinar as arvores”*, para tanto recebeu dois contos de réis, um conto adiantado e o outro ao final da empreitada<sup>19</sup>. O trabalho teve início em 1883 e ficou pronto em março de 1886<sup>20</sup>.

Outra forma de escoar a produção continuava sendo a *“via fluvial em pequenos barcos e balsas que se dirigem ao porto de Uruguaiana”* sendo a navegação em *“sua parte mais importante sustentada pela exportação de produtos agrícolas [...] que descem pelo Rio Toropy”* <sup>21</sup>. As embarcações que transportavam as mercadorias desciam o rio por último citado, desembocavam inicialmente no Ibicuí Mirim, depois no Ibicuí Maior e finalmente chegavam ao rio Uruguai, onde encontravam o porto da cidade de Uruguaiana. Para aquele sítio, eram transportados, conforme já visto farinha de mandioca, milho e feijão, mas também se negociava polvilho e cachaça. No caso das balsas, até mesmo as toras de madeira que haviam formado as embarcações eram comercializadas, sendo que o retorno era feito geralmente em montarias, equinos e muares<sup>22</sup>, compradas com parte do dinheiro obtido

---

compadrio junto à freguesia de São Vicente. Talvez em muito tenha contribuído para as dezenas de afilhados que o casal obteve o fato de manterem junto à propriedade um oratório particular, dedicado a Nossa Senhora da Conceição, onde o sacramento do batismo foi ministrado a dezenas de neófitos. Era morador da serra de São Xavier conforme declarou em 1856, quando por ocasião dos registros paroquiais de terras, onde registrou duas datas de matos que possuía naquele lugar. Possivelmente sua contratação para realização da empreitada tenha se dado em virtude de que anos antes havia trabalhado no processo de abertura da picada, espécie de clareira, que possibilitou a instalação de colonos alemães na localidade conhecida como Sertão.

Arquivo da Mitra Diocesana de Bagé, *Registros batismais*. Livros de números 05, 06, 07, 08, 09, 10a e 11b para o período de 1858 a 1876.

Arquivo da Mitra Diocesana de Santa Maria, *Registros Batismais*. Livros de números 01, 02 e 03 para o período de 1876 a 1886.

APERS, *Registros Paroquiais de Terras*. São Gabriel, a. 1856, liv. 47, ff. 28v., n. °103 e ff. 32, n. °123.

AHRS, *Correspondências da Câmara*. São Gabriel, a. 1871, c.x. 205, m. 242.

<sup>19</sup> AHRS, *Contrato entre a Camara da Villa de São Vicente e Zeferino Alves Machado*. São Vicente, 02 de março de 1887.

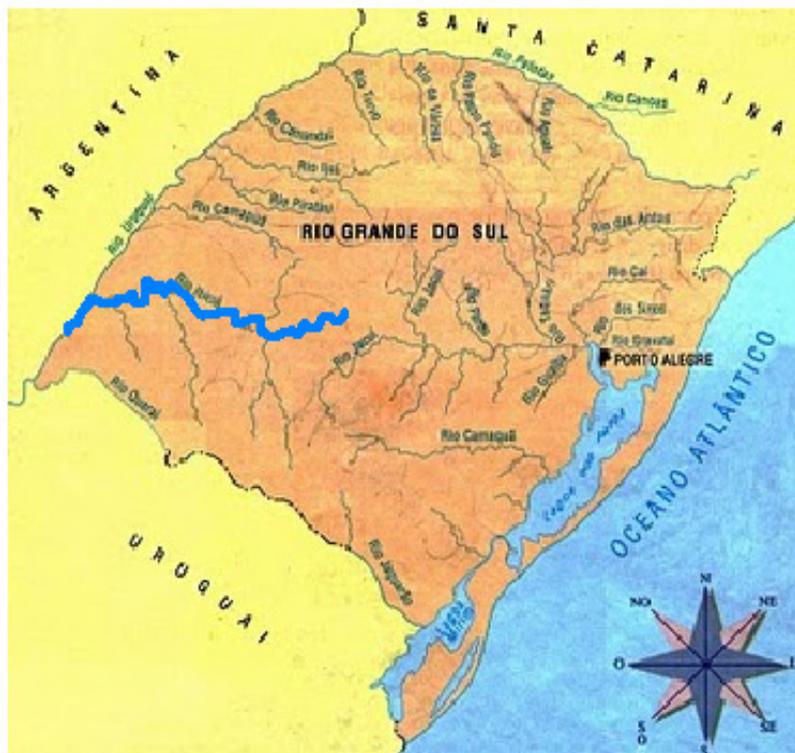
<sup>20</sup> AHRS, *Recibo de pagamento a Zeferino Alves Machado*. São Vicente, 02 de março de 1886.

<sup>21</sup> AHRS, *Relatorio de informações topográficas e historicas dos municpeos do Brasil...* op. cit.

<sup>22</sup> Segundo Silva e Linhares (1995), foi durante o século XVIII que teve início o ciclo da mula quando a região rio-grandense se viu integrada ao conjunto da economia brasileira através do fornecimento de bestas utilizadas principalmente no transporte de mercadorias e metal precioso nas Minas Gerais. Um dos pontos de criação do gado muar era justamente o Vale do Jaguari, conforme foi observado por Saint-Hilaire quando por ocasião de sua passagem pelo distrito de São Xavier e da hospedagem na estância de mesmo nome. O viajante francês assim se referiu a essa atividade, *“encontrei aqui vários homens dos campos gerais, que vieram comprar mulas nos arredores e deverão passar o inverno nesta estância. Atravessaram o sertão em setembro, como é de hábito, fizeram suas compras durante o verão devendo regressar aos seus lares no próximo mês de setembro. Nessa época, em que as pastagens reverdecem, as mulas encontram no sertão o melhor alimento”* (1987: p.389). Esses animais que rumavam para o norte geralmente passavam pela Vila do Divino Espírito Santo de Cruz Alta, que no século XIX se constituiu em ponto de pousada na rota que conduzia as tropas até Sorocaba na província de São Paulo, *“principal receptor e distribuidor destes animais para outras províncias do Império”* (ARAÚJO, 2008: 43). Ao estudar a paisagem agrária da província de São Pedro no século XIX Paulo Afonso Zarth (2002) percebeu que esse tipo de animal se fazia presente em 82% dos inventários *post-mortem* e individualmente, na maioria dos casos, possuíam o maior valor comercial. Ainda segundo o referido historiador a *“queda vertiginosa da produção de mula”* ocorreu no último quartel do século XIX e no princípio do XX sendo que a mesma pode ser *“atribuída à melhoria dos sistemas de transportes, principalmente à construção de ferrovias”* (2002: p.234).

após a venda dos produtos. No final do século XIX e princípio do século XX esse comércio ganhou novo fôlego através da chegada da ferrovia, que ligou a metade leste ao oeste do estado e se tornaria um importante mecanismo no transporte de mercadorias<sup>23</sup>. Ao mesmo tempo, finalmente fora estabelecida uma linha regular de navegação a vapor tendo como ponto de partida o distrito de Vila Clara cuja embarcação fazia “carreira” até o porto de Uruguaiana.

Mapa mostrando o itinerário que percorriam as embarcações a partir do Toropi até Uruguaiana



Adaptado de Google mapas: Bacias hidrográficas do Rio Grande do Sul, disponível em <http://www.google.com.br/search>, acessado em 11/2010.

Mediante a nova conjuntura do transporte fluvial teve destaque o comerciante teuto Christian Nathanael Haesbaert<sup>24</sup>. Ao analisarmos o manifesto de viagem do vapor

<sup>23</sup> *Relatório da Camara da Villa de São Vicente a Assembleia Legislativa Provincial*. São Vicente, a. 1887, ff. 21e 22.

<sup>24</sup> Mais uma vez ao seguir a trilha micro nominativa apuramos que o agente histórico Christian nasceu em Hamburgo Velho em 29 de novembro de 1856, era o sétimo filho de Marie Louise e de Johann Peter Christian Haesbaert, este último o primeiro pastor luterano a vir para o Rio Grande do Sul possuindo formação em teologia (DREHER, 2003: 64-65). Christiano casou-se em primeiras núpcias com Katharina Christina Schreiner, nascida em Estância Velha, com a qual permaneceu casado até o ano de sua morte, ocorrida em 1915. Foi negociante em Estância Velha de 1876 a 1880. Hoteleiro e proprietário de uma navegação fluvial em São Gabriel da Estrela de 1880 a 1903. Nesse último ano vendeu seus negócios e passou a residir em São José do Louro, quarto distrito de São Vicente do Sul, localidade onde abriu uma venda e serraria. Naquele local foi coronel da Guarda

Eugenia<sup>25</sup>, além dos gêneros já citados anteriormente acrescentasse melado, amendoim, rapadura, banha, e arroz. Vale destacar que muitos dos produtos primários que o comerciante conduzia até os povoados fronteiriços eram obtidos através do pagamento de contas em sua venda havendo uma diferença substancial entre o valor recebido e o revendido quando por ocasião da chegada ao destino final. Tal situação foi percebida através da análise de uma caderneta de venda a prazo produzida junto ao estabelecimento da família Haesbaert<sup>26</sup>. Outra situação verificada foi o certo ecletismo em relação aos produtos comercializados no armazém sendo que muitos deles eram obtidos no porto da cidade situada nas franjas do território nacional para onde a embarcação fazia seus deslocamentos. Em seus apontamentos o vendeiro destaca que ao trilhar o caminho de volta trazia uma série de manufaturados que eram revendidos a clientes que habitavam diferentes espaços do Vale do Jaguari. Entre as mercadorias elenca-se os mais diferentes tipos de tecidos e o chá de marca escocesa Lipton<sup>27</sup> que possivelmente chegava até Uruguaiana através de navios britânicos que se valiam do estuário do Prata para abastecer os povoados fronteiriços situados tanto na Banda Oriental como na Ocidental do Rio Uruguai. Revelando-nos um esquema que articulava e transpunha diferentes raias do globo, haja vista que a referida mercadoria tinha sua matéria prima extraída no continente asiático, era beneficiada na Europa e acabava chegando até os arredores da América Latina.

---

Nacional, subdelegado de polícia e se constituiu em importante liderança política. Em 1917 entregou sua propriedade e serraria a seu filho Reinaldo e retirou-se à vida privada em seu sítio localizado em Vila Clara, local onde em setembro de 1925 casou-se novamente com a viúva Anna Praetorius e foi naquele povoado que veio a falecer em dezembro de 1936. Ao longo do período em que viveu no interior de São Vicente do Sul teve ativo papel político conforme sugere o Álbum Ilustrado do Partido Republicano Castilhistas, elaborado a mando de Getúlio Vargas após o pleito de 1930. Nele constam os nomes de 1.500 personagens que juntamente com seus familiares foram homenageadas pelo então presidente da república. A respeito deste ilustre republicano o livro nos diz o seguinte: *A povoação de Vila Clara deve muito ao Coronel Christiano pois ele foi um dos maiores propulsores do seu adiantado progresso, foi um dos seus fundadores. Republicano desde os tempos da propaganda, o senhor Christiano Haesbaert vem desde há muito tempo, emprestando a sua valiosa colaboração ao partido de Júlio de Castilhos. O ardor e entusiasmo com que tem servido seu partido, ficou bem demonstrado na sua atitude por ocasião do movimento revolucionário de 1893, em que o coronel Christiano alistou-se nas fileiras legalistas, em defesa do ideal político. Atualmente é o chefe do partido de Julio de Castilhos no quarto distrito de São Vicente, gozando de elevado conceito tanto político como social em toda esta comunidade* (1934: 670). Ver também: RODRIGUES, Lisandro Oliveira. *Imigração Alemã: O caso da família Haesbaert, Mata/RS (séculos XIX-XX)*. Santa Maria: UFSM, 2007, 79 F. (Monografia de especialização).

<sup>25</sup> AMF, *Manifesto de viagem do vapor Eugenia de Villa Clara a Uruguaiana*. a. 1903-1913.

<sup>26</sup> AMF, *Caderneta de compras a prazo junto à venda do coronel Christiano Haesbaert*. a. 1911-1912, ff. 188 - 320

<sup>27</sup> A referida mercadoria passou a ser produzida a partir de 1871 quando Sir Thomas Lipton criou uma pequena mercearia em Glasgow na Escócia. Na década de 1890 a matéria prima passou a ser importada do Ceilão, atual Sri Lanka, e o produto se tornou uma referência no mercado mundial. Havia três variedades do artigo, sendo que a que o coronel Christiano mais negociava em seu estabelecimento era o chá de embalagem verde, que segundo os padrões de qualidade do fabricante possuía uma condição mediana.

### **Considerações finais**

Ao longo deste texto buscamos demonstrar que o processo de construção dos balizadores geográficos no oeste do Rio Grande do Sul, ao longo do século XIX e princípio do XX, não ficaram marcados somente pelas guerras e tratados diplomáticos. Analisamos as diferentes estratégias utilizadas pelo império português e depois pelo brasileiro a fim de manter esses territórios sob seu domínio através da concessão de terras a andarilhos da sobrevivência e da formação de povoados, entre eles o de São Vicente.

Ressaltamos ainda outro artifício utilizado na constituição da fronteira interna ligada a integração dos territórios através das conexões comerciais do Vale do Jaguari, localizado na região central do Rio Grande do Sul, ao espaço fronteiriço representado pelo município de Uruguaiana. Para onde convergiam através de carretas, embarcações e depois pelos trilhos da ferrovia os mais diversos gêneros agropecuários, madeira bruta e beneficiada. Ao mesmo tempo nas viagens de volta esses negociantes traziam produtos manufaturados entre as quais destacamos roupas tecidos e ferramentas de trabalho que possibilitavam os lavradores nacionais labutar na Serra de São Xavier. Mas talvez a mais emblemática de todas as mercadorias fosse o chá Lipton produto fabricado na Grã-Bretanha que acabava chegando, após ter transposto uma série de fronteiras até pequenos rincões situados na porção meridional do Brasil. Entre as pessoas que tinham o privilégio de saborear a bebida estava Randolpho José da Silva Pereira, um dos filhos do alferes José da Silva Pereira, este último, conforme visto, um dos pioneiros que ocuparam aquelas plagas da província de São Pedro através da graça das sesmarias. O estancieiro Randolpho era um dos muitos clientes que mantinha uma conta a prazo junto à venda do comerciante de origem germânica comprando mensalmente a mercadoria. Por fim há que se conjecturar que o próprio coronel Christiano Haesbaert, homem de prestígio dentro da “aldeia” do Vale do Jaguari, juntamente com seus familiares, em sua residência localizada próxima as margens do Toropi, poderia apreciar, ao cair da tarde, uma boa xícara de chá servido em porcelana inglesa também trazida dos confins da província, nos revelando que muito além de sistemas rígidos de demarcação territorial os limites fronteiriços eram *lócus* de mobilidade de pessoas e mercadorias.

### **Referências bibliográficas**

ÁLBUM ILUSTRADO DO PARTIDO REPUBLICANO CASTILHISTA. Porto Alegre: Selbach, 1934.

---

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: A arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da História*. Bauru: Edusc, 2007.

ARAÚJO, Thiago Leitão de. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (Vila de Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884)*. Porto Alegre: UFRGS – PPGH, 2009, 333F. (Dissertação de Mestrado).

ARDENGI, Lurdes Grolli. *Caboclos, ervateiros e coronéis: Luta e resistência no norte do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2003.

BOLZAN, Milton José. *As Reduções do Vale do Jaguari: São Tomé e São José*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria - Curso de Especialização em História do Brasil, 1998, 56F. (Monografia).

BOSSLE, João Batista Alves. *Dicionário gaúcho brasileiro*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2003.

BRAUDEL, Fernand. *Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*. Lisboa: Martins Fontes, 1983.

BRESSAN, Hermes. *Rincão dos Alves - raízes e história: Jaguari – 4º Distrito: resgate da memória dos rinconenses*. Jaguari: [s.n.], 2011.

COSTA, Miguel Ângelo da Silva. *Entre a “flor da sociedade” e a “escória da população”: A experiência de homens livres pobres no eleitorado de Rio Pardo (1850-1880)*. São Leopoldo: UNISINOS - PPGH, 2006, 249 F. (Dissertação de Mestrado).

COSTA, Rogério H. *Latifúndio e identidade regional*. Porto alegre: Mercado Aberto, 1988.

DREHER, Martin N. *Igreja e germanidade*. 2ª ed. São Leopoldo: Sinodal, 2003.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FARINATTI, Luís Augusto E. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: UFSM, 2010.

FIORI, José Luís. *O poder global*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

FLORES, Mariana Flores da C. T. *Contrabando e contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (1851-1864)*. Porto Alegre: PPGH - UFRGS, 2007, 208 F. (Dissertação de Mestrado).

\_\_\_\_\_ e FARINATTI, Luís Augusto. *A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX)*. In: HEINZ, Flavio M. (Org.). *Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina*. São Leopoldo: Editora Oikos Ltda, 2009, p. 145-176.

FLORES, Moacir. *Reduções jesuíticas dos guaranis*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997. Coleção História, vol. 17.

---

GIL, Tiago Luís. Infiéis transgressores: contrabandistas da fronteira (1760-1810). Rio de Janeiro: UFRJ, 2002, 221 F. (Dissertação de Mestrado).

GINZBURG, Carlo. A micro-história e outros ensaios. Lisboa: Difel, 1989.

HALL, Stuart. Identidade cultural na pós-modernidade. 10ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HEINZ, Flávio M. Por outra história das elites. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HOBBSBAWN, Eric e RANGER, Terence. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ISABELLE, Arsénè. Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, Zelio Valverde, 1949.

JAEGER, Luiz Gonzaga. As primitivas reduções jesuíticas do Rio Grande do Sul (1626 1636). In: PORTO, Aurélio (Org.). *Terra farroupilha*. Porto Alegre: Globo, 1937.

KARNAL, Leandro (org.) História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003.

KÜHN, Fábio. Gente da fronteira: Família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – Século XVIII. Niterói: UFF-PPGH, 2006, 479f. (Tese de Doutorado).

\_\_\_\_\_. Rivalidades ibéricas no sul da América portuguesa (1762-1801). In: Eduardo Santos Neumann; Luiz Alberto Grijó. (Org.). *O continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil*. 1 ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 45-68.

LE FEBVRE, Lucien. A terra e a evolução humana: introdução geográfica à história. Lisboa: Cosmos, 1991.

LEVI, Giovanni. A Herança imaterial: A trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogo de Escalas: A experiência da Microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

LIMA, Henrique Espada. A micro-história italiana: indícios e singularidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MCLAREN, Peter. Multiculturalismo crítico. 3ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

MENZ, Maximiliano Mac. Tesouro das Missões: A integração do espaço oriental missioneiro na economia Sul-Rio-Grandense. São Leopoldo: UNISINOS - PPGH, 2001, 170 F. (Dissertação de Mestrado).

MOTTA, Marcia Maria Menendes (org.). Dicionário da terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 427-431.

ORDENAÇÕES FILIPINAS, Rio de Janeiro: Edição de Cândido Mendes de Almeida, 1870. Liv. 4.

---

OLIVEN, Ruben George. A Parte e o todo: A diversidade cultural no Brasil - Nação. Petrópolis: Vozes, 1992.

OSÓRIO, Helen. Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da Estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. Niterói: UFF - PPGH, 1999, (Tese de Doutorado).

PONT, Raul. Campos Realengos. Formação da fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Renascença, 1983. Volumes I e II.

QUEVEDO, Júlio Ricardo (Org.). Rio Grande do Sul: 4 séculos de História. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999.

REICHEL, Heloisa J. e GUTFREIND, Ieda. As raízes históricas do Mercosul: A região Platina colonial. São Leopoldo: Unisinos, 1996.

RIBEIRO, José Iran. Quando o serviço os chamava: milicianos e guardas nacionais no Rio Grande do Sul (1825-1845). Santa Maria: UFSM, 2005.

\_\_\_\_\_. Tão longe, tão perto: o povo de Santa Maria e as situações de guerra na primeira metade do século XIX. In: WEBER, Beatriz Teixeira e RIBEIRO, José Iran. *Nova história de Santa Maria: contribuições recentes*. Santa Maria: [s.n.], 2010.

RODRIGUES, Lisandro Oliveira. Imigração alemã: o caso da família Haesbaert, Mata/RS (séculos XIX-XX). Santa Maria: UFSM, 2007, 79 F. (Monografia de especialização).

SAINT-HILAIRE, Auguste. Viagem ao Rio Grande do Sul. Porto Alegre: ERUS, 1987.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SERNA, Justo e PONS, Anacleto. El ojo de la aguja ¿De qué hablamos cuando hablamos de microhistoria? In: TORRES, Pedro Ruiz. *La historiografía*. Madrid: Marcial Pons, 1993.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História das paisagens. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (org.). Domínios da História. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

\_\_\_\_\_. e LINHARES, Maria Yedda L. Região e História Agrária. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 8, n.º 15, p. 17-26, 1995.

SILVA, Marcos A. (org.). República em migalhas: história regional e local. São Paulo: Marco Zero, 1990.

SOUZA, Susana Bleil. Fronteiras na História: Os espaços norte americano e platino no século XIX. In: *Revista de Integração Latino-Americana*. Santa Maria: UFSM, Ano 2, nº 3, 2005.

STEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. Relações internacionais. São Paulo: Manole, 2004.

TAU GOLIN, Luiz Carlos. A ideologia do gauchismo. 4ª ed. Porto Alegre: Tchê! Editora de Bombacha, 1983.

---

\_\_\_\_\_. A fronteira. Porto Alegre: LPM, 2002, Vol. I.

\_\_\_\_\_. A fronteira. Porto Alegre: LPM, 2004, Vol. II.

UBERTI, Hermes Gilber. “A benção que se pede e a benção que se dá”: Redes sócio-familiares de camadas intermediárias (Randolpho José da Silva Pereira, 1841-1914). São Leopoldo: UNISINOS - PPGH, 2011, 222 F. (Dissertação de Mestrado).

VENTURA, Deisy. As assimetrias entre o Mercosul e a União Européia: desafios de uma associação inter-regional. São Paulo: Manole, 2004.

ZARTH, Paulo Afonso. Do arcaico ao moderno: O Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Unijuí, 2002.

### Referências digitais

*Bacias hidrográficas do Rio Grande do Sul*, disponível em <http://www.google.com.br/search>, acessado em 11/2010.

*FEE (Fundação de Economia e Estatística)*. Corede Vale do Jaguari. Disponível em <http://www.fee.tche.br/sitefee/coredes=Vale+do+Jaguari>, acessado em 01/2011.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. In: *Topoi*, v. 03, n. 5, jul. – dez. 2002, p.41-70. Disponível em [www.revistatopoi.org/](http://www.revistatopoi.org/) acessado em 09/2009.

*Histórico de São Vicente do Sul*. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel>, acessado em 07/2010.

*História do chá Lipton*. Disponível em <http://www.lipton.pt/historia/index.html>, acessado em 02/2012.

**Recebido em: 31/03/2012**

**Aprovado em: 09/05/2012**